

**ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA:  
A FUNDAÇÃO DE ROMA EM *AB VRBE CONDITA*  
DE TITO LÍVIO (SÉCULO I a.C.)<sup>\*</sup>**

*Luciane Munhoz de Omena*<sup>\*\*</sup>

*Suiany Bueno Silva*<sup>\*\*\*</sup>

**Resumo:**

*A proposta deste artigo é fazer observações críticas sobre a relação entre memória e História. Como ponto de partida, analisaremos a Fundação de Roma em *Ab Vrbe Condita* de Lívio. Compreendemos o conceito de memória como um mecanismo de poder que implica, em outras palavras, a utilização no presente de imagens sobre o passado. A partir desse suporte analítico, discutiremos a construção de imagens do passado lendário, entendendo dessa forma os dispositivos de consolidação e legitimação dos cidadãos romanos no período de Augusto.*

**Palavras-chave:** *Memória; História; Fundação de Roma; Poder; Imagens.*

**BETWEEN MEMORY AND HISTORY: THE FOUNDATION OF  
ROME IN *AB VRBE CONDITA* OF TITUS LIVIUS (I B.C.)**

**Abstract:** *The purpose of this article is to do critical observations about the relationship between memory and History. As a starting point, we will analyzing the Founding of Rome from *Ab Vrbe Condita* of Livy. We understand memory as mechanism of power, which implies, in other words, the use of images regarding the past in the present. From this analytical support, we will*

---

\* Recebido em 20/03/2015 e aceito em 31/05/2015.

\*\* Professora adjunta de História Antiga da Universidade Federal de Goiás. Faz o Pós-doutorado, com financiamento da Capes, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Unicamp, sob a supervisão do Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari. E-mail: lucianemunhoz34@gmail.com

\*\*\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Luciane Munhoz de Omena. Bolsista Capes.

*discuss the construction of images from the legendary past, understanding, in this way, the mechanisms of consolidation and legitimization of Roman citizens from the period of Augusto.*

**Keywords:** Memory; History; Foundation of Rome; Power; Images.

*Erigi um monumento mais perene do que o bronze e mais alto do que a real construção das pirâmides, que nem as chuvas erosivas, nem o forte Aquilão, nem a série inumerável dos anos, nem a dos tempos corrido poderão, algum dia, derruir. Não morrerei, de todo; parte minha à própria morte não será sujeita: eu, sempre jovem, crescerei, enquanto, com virgem silenciosa, o Capitólio suba o pontífice. Dir-se-á que, grande de origem humilde, a fiz, primeiro, a voz latina ao metro grego, onde ressoa o Áufido impetuoso e onde o Dáunio agreste, de poucas águas, reinou sobre os povos rústicos.*  
(HORÁCIO. **Odes** 3.30)

A epígrafe supracitada sugere a representação tumular como sendo um memorial, pois, na percepção horaciana, seus contemporâneos valorizavam a pedra como dispositivo de memória; ao contrário de seus pressupostos, já que sua reputação viria de seu monumento de palavras, sua poesia (HORÁCIO. **Odes** 3.30). Ou mesmo Catulo (84-54 a.C.), que, semelhante a Horácio (65-8 a.C.), corroborava com a perspectiva de uma poesia como produtora de memória, afirmando: “*uersibus ut nostris etiam post funera uiuat*” (CATULO. **Epigrama** 68, 45). Tais afirmativas levam-nos a supor que a escrita transformava-se em um suporte da memória e também criava modelos sociais, pois, em nosso entender, **Ab Vrbe Condita** de Tito Lívio (59 – 17 d.C.) transformou-se em um veículo transmissor de ideias e de memórias passadas com o objetivo de criar virtudes cívicas que, em seu entender, caíram em desuso na época das guerras civis (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita Prefácio**. I). Os *exempla* tornaram-se instrumentos de orientação e remodelação dos comportamentos sociais aristocráticos. Transformavam-se em um veículo educativo – *paideia* – em que se construía o ideal de homem virtuoso comprometido com a política na *Res Publica* e, dessa forma, o *exemplum* de Tarquínio, o Soberbo, que, tomando o poder para si, colocaria em risco o *populus romanus* (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** XLIX- LX). Podemos observar por meio do discurso liviano, a construção de modelos de condutas que se transformavam em ações públicas, ou, em

outras palavras, em comportamentos institucionais. Tito Lívio concentrou-se em produzir uma leitura do passado sob as estratégias retóricas, que permitiriam, a partir de uma elaboração textual, construir imagens de condutas que, adjetivadas pelo caráter, poderiam ou não ruir a *Res Publica* (Cf. FOX, 2007). Na percepção de Lívio, deveria

*obter bons resultados relatando toda a história do povo romano desde os seus primórdios, nem sei muito bem, nem ousaria dizê-lo se soubesse. [...] [iniciaremos] com votos e invocações aos deuses e deusas, suplicando para que concedessem resultados propícios à obra que ora se inicia.* (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio)<sup>1</sup>

Em nosso entender, a presença das divindades marca, em especial, a necessidade de garantir seu sucesso e, por consequência, a transmissão da narrativa, já que representaria uma ação ritualizada. Lívio incorpora a *pietas* e, em função disto, a sua narrativa histórica, alicerçada no *mos maiorum*,<sup>2</sup> transformar-se-ia em um contributo, à medida que implementaria a *uirtus* nos comportamentos de seus concidadãos aristocráticos. Diferente de escritores como Horácio (65-8 a.C.), Virgílio (70-19 a.C.), Ovídio (43 – 18 d.C.) e Propércio (47-14 a.C.), Lívio não se manteve circunscrito aos círculos literários associados à política, por isso a relevância de construir sua *auctoritas* a partir dos elementos sagrados. O escritor, seu objeto e público eram partes indissociáveis da composição, pois, parafraseando Catherine Salles (2010, p. 48 e p. 238), a narrativa comportava dimensões sociais, já que grupos sociais estimulavam a escrita ou a fala do autor que, ao escolher temas e estilos, poderia influenciar seu público. O que nos aproxima da perspectiva de que a escrita, seja histórica, épica, trágica, satírica, epistolar, transformava-se em “atos de preservação e comunicação da memória”, abrindo “espaço à permanência social” (MITRAUD, 2007, p. 17).

A narrativa histórica não se vinculava ao discurso de veracidade tal como produzimos em nossa contemporaneidade, já que a história incorporava dispositivos míticos ou lendários (Cf. TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I). As dimensões do passado romano deveriam remodelar as práticas e as condutas sociais de seus contemporâneos; desse modo, não se pretendia produzir uma reconstrução precisa e confiável dos fatos históricos, mas sim elaborar em termos efetivos uma *oratio* (discursos sobre o passado) a partir de uma verossimilhança. Sendo assim, as conexões entre a escrita latina e a realidade histórica eram múltiplas e complexas:

os acontecimentos do passado e todos os exemplos históricos advindos da observação das práticas virtuosas – como também dos vícios – garantiriam a *auctoritas* do texto (Cf. FELDHERR, 2009). Tornava-se, então, imprescindível construir imagens vinculadas à produção de um passado para orientar o presente, pois, nas palavras de Lívio, “poderia ser evitado o que é vergonhoso tanto em sua origem como em seu desfecho” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio, I).<sup>3</sup>

Nesse sentido, a escrita de Lívio produziu imagens de heróis romanos utilizadas como recurso retórico para produzir uma memória social vinculada à comunidade política imperial, imagens essas que, em momentos de instabilidades, disputas e hierarquias, projetavam valores sociais que reafirmavam a latinidade romana. Voltar-se ao passado simbolizava, em termos efetivos, narrar o tempo passado para o seu presente e, com este recurso retórico, evitava-se escrever diretamente sobre a contemporaneidade augustiana (Cf. SYME, 1959; EDER, 2005; GALINSKY, 1996; CHAPLIN, 2000 e 2009 entre outros). Em razão disto, compreendemos que os vestígios de Lívio deveriam, pois, perpetuar e transmitir, com distinção, a glória dos indivíduos em um processo repetitivo e, sobretudo, regularmente orientado à comunidade política (Cf. ROLLER, 2009; CONNOLLY, 2009). Haveria sim uma premência em veicular o *mos maiorum*, virtudes que formavam, em especial, a identidade institucional dos romanos e não somente associá-lo à *potestas* de Augusto (Cf. ROWE, 2013).

Com isso, entendemos a escrita liviana como sendo um produto social, já que constrói, por meio do discurso de origem até à instauração da *Res Publica*, os *monumenta*, que, em outras palavras, representavam as coisas dignas de serem lembradas. A narrativa tornava-se, assim, não apenas um conjunto de palavras e discursos que traduziriam comportamentos cívicos, mas, antes de tudo, a narrativa histórica representava a *eloquentia*, *inventio*, *res gestae* e *ornata* (Cf. VASALY, 1993). Não se formava somente pelo conceito de *mos maiorum romano*, tornava-se, em sua totalidade e materialidade, o próprio *mos maiorum* revertido de *uirtus* (e.g. *pietas*, *fides*, *auctoritas*, *iustitia*, *belli*, *castitas*, *pudicitia*) (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I, XVIII/XXXII/VII-XLII/XXXII/XXII/LVII-LVIII-LIX), pois, como argumenta Lívio, “o que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos em tão célebre tradição” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I).<sup>4</sup>

Tito Lívio pretendia preservar a memória dos eventos passados, expondo-os à apreciação/contemplanção e emulação para seus leitores; logo, o *monumentum* liviano compartilharia, assim como os outros monumentos físicos dispostos no espaço urbano, a apreciação social dos valores cívicos (MILES, 1995, p. 17). Sendo assim, seja por meio da escrita ou por meio das construções físicas, essas obras pretendiam perpetuar as *res gestae* romana: tratava-se de uma compreensão singular da história enquanto uma “monumentalização do passado” (Cf. MILES, 1995), que atuaria, em efetivo, em ensinamentos para o tempo presente, bem como para demarcar posições, hierarquias e conflitos sociais. Tito Lívio aponta em sua escrita a relação tríade entre causa/ação/consequência. Conforme se percebe no excerto a seguir:

*Naquela época a equidade e o sentimento religioso de Numa Pompílio eram célebres. Ele, um homem extremamente versado em todas as leis divinas e humanas [desejava] que também os deuses fossem consultados a seu respeito, assim como Rômulo, que assumiu o poder após ter tomado os augúrios para a fundação da cidade (...). Assim, tendo assumido o reino, Numa com base no direito, leis e costumes, prepara-se para reestruturar a jovem cidade (...). Roma apresentava tanta solidez quanto harmonia, não só devido às artes da guerra, como também da paz. (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XVIII)<sup>5</sup>*

Reconhecemos aqui, o emprego dos artifícios retóricos significativos à transmissão de uma memória respaldada num passado glorioso, já que a causa (período), a qual antecede o comportamento virtuoso de *Numa*, configurou-se pela necessidade de manter a *urbs* sob a *concordia*<sup>6</sup> e a *harmonitas*. Se compararmos o período de Rômulo, demarcado pelo aspecto guerreiro do fundador de Roma, com ciclos de batalhas internas (e.g. Rapto das Sabinas) (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. IX/X/XIII) e externas (e.g. guerras contra os ceninenses, antenates, crustuminos) (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. IX), as ações de Numa direcionavam-se à manutenção da paz, sem as sequelas da degradação moral. Buscava-se, em nosso entendimento, construir exemplos de virtudes cívicas que levassem em consideração o respeito pelas divindades, rituais, cerimônias, leis e costumes antigos. Numa Pompílio exercia a conduta cívica esperada de um governante, suas ações dirigiam-se à comunidade. O que nos permite observar

os seguintes fatores: o engrandecimento da *urbs* por meio da paz, a *pietas* por parte dos deuses e a estruturação dos templos (no Aventino dedicou um templo a Júpiter). O que pretendemos enfatizar neste artigo é que a *narratio* sob os meios retóricos se propõe tornar os acontecimentos e exemplos modelos a serem rememorados e transmitidos na memória pública, criando, assim, uma imagem de unidade (CONNOLLY, 2009, p. 189), pois, concordando com os pressupostos de Valerie Hope (2011, p. 115), a produção de memória social articula uma consciência de um passado comum.

Nesse sentido, a narrativa histórica de Lívio transformava-se em espaços de memória, pois, assim como compreendemos, o historiador paduano apresentou dois tempos históricos: o seu contexto de produção à época augustiniana e as representações da monarquia em Roma. Nesses dois marcos temporais, há um esforço de definir a memória da cidade de Roma e os comportamentos dos cidadãos, já que o homem romano teria se distinguido de outros povos em função da manutenção de seu *mos maiorum*. A recordação conferia a imortalidade aos homens, pois “a visão romana de memória levava, inevitavelmente, a uma remodelação de sentido do passado, exigindo dos autores o significado do presente, e decidir não só o que se lembrar, mas como ele devia ser lembrado” (GOWING, 2005, p. 10). Isto é, tanto a memória dos acontecimentos antigos como as práticas e os comportamentos sociais apresentados pelo discurso de Lívio seriam relegados à comunidade cívica como meio de celebração e reafirmação da memória e da identidade romana.

Os feitos memoráveis permitiriam, em função do papel social de sua narrativa, construir e transmitir identidades e memórias, as quais constituiriam espaços institucionais de Roma (GOWING, 2005, p. 23). Logo, a narrativa de Lívio possibilitaria aos leitores-ouvintes, a partir do campo histórico, participar da *Res Publica*, levando-se em consideração a ideia de pertencimento. Participavam, em termos sociais, da comunidade cívica. Transformavam-se em narradores ativos ao mesmo tempo que eram narrados, à medida que formavam as estruturas narrativas dominantes de seu tempo, pois, em nossa compreensão, as experiências tornar-se-iam significativas quando incorporadas à narrativa histórica e institucional. Como pontua Mary Jaeger (2000), a escrita liviana representou no momento de sua produção uma ressignificação<sup>7</sup> dos valores romanos, desde que compreendamos que o prefácio de Lívio criou um espaço privilegiado de justificativa para escrita da obra. Citemos *in extenso*:

[...] Segundo os meus próprios recursos, examinarei a memória dos grandes feitos do povo mais poderoso do mundo. [...] Além disso, o assunto requer um trabalho imenso porque retrocede a setecentos anos [...] Porém, as queixas, que nem sequer hão de ser bem-vindas quando por acaso forem necessárias, mantenham-se afastadas do início de obra tão importante. [...] Depois, em meio ao paulatino afrouxar-se da disciplina, pôde-se acompanhar com espírito a dissolução dos costumes, o modo como esses decaíram mais e mais e começaram a se precipitar; até que se chegou nestes dias, nos quais não podemos suportar nem os vícios nem os remédios contra eles. O que é sobretudo salutar e produtivo no conhecimento dos fatos é considerar atentamente os ensinamentos de todos os exemplos presentes em tão célebre tradição. (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I)<sup>8</sup>

Nesse sentido, concordamos com os apontamentos de Kraus e Woodman, ao sublinharem que “foi (nesse) prefácio geral do livro primeiro que Lívio começou a tecer o relacionamento imprescindível entre os tempos recentes de crise com o passado remoto da *urbs*, utilizando-se dos exemplos pregressos para compor um prognóstico seguro ao império romano” (KRAUS & WOODMAN, 1997, p. 52). Visto desse modo, compreendemos que o estudo do prefácio permite fazermos duas reflexões críticas: 1) reconhecer a coerência e o poder de argumentação de Tito Lívio, bem como a sutileza da exposição de suas informações e da linguagem organizada em discurso direto e indireto; 2) compreender que o discurso elaborado no prefácio da obra é indicador de questões importantes trabalhadas pela historiografia precedente (*e.g.* Salústio e Cícero), tais como os discursos de desgastes e dissolução dos costumes (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio, I). Logo, em nosso entender, esses discursos de degradação dos aspectos morais e cívicos constituíram parte fundamental de um discurso retórico que pretendia legitimar a imagem de Augusto (MOLES, 2009, p. 51).

Em nossa compreensão, o homem é fruto de seu tempo, incluindo suas posições, questionamentos e atitudes. Tito Lívio inseriu-se no período das guerras civis, momento em que se projetava, a partir de seus concidadãos aristocráticos (*e.g.* Manílio, Virgílio, Vitruvius, Horácio, Ovídio), o discurso de caos, desordem e menosprezo aos valores romanos. A narrativa histórica construía, efetivamente, um renascimento em função da memória das *res gestae* (MOLES, 2009, p. 57). O historiador era um cidadão e, as-

sim, preocupava-se em enaltecer a dignidade do seu povo mantendo laços afetivos com o passado e com seus ancestrais, criava e renovava a sustentabilidade das magistraturas civis e militares (VITORINO, 2008, p. 12). Segundo Moles (2009, p. 71), Lívio tornava-se um cidadão virtuoso, uma vez que sua obra direcionava-se a *Res Publica*; com isso, estabelecia critérios de comportamento social aos seus concidadãos. Logo, o passado e seus *exempla*, bem como a estratégia pedagógica da narrativa, criavam descrições de monarcas, associando, em cada caso, a proximidade ou afastamento das práticas de virtudes que simbolizavam, em termos sociais, atributos morais, cívicos e religiosos do povo romano (MARQUES, 2007, p. 51).

Desse modo, Lívio apresentou, em um primeiro momento, os deveres do historiador, a natureza do processo histórico e o benefício do conhecimento. Tais apontamentos singularizam o prefácio; enquanto veículo de comunicação, já que estabelece uma relação direta, quase confidencial de Lívio com seus leitores – como argumenta Sierra (1990, p. 46), o texto se baseia em uma construção narrativa ao ritmo de um diálogo entre o emissor da mensagem e seu público. Salientamos que a familiaridade com que Lívio se dirige ao seu cidadão-leitor pode ser compreendida como um recurso de *captatio benevolentiae* (SIERRA, 1990, p. 46-47), uma vez que o historiador constrói seus argumentos com uma aparente modéstia e uma neutralidade crítica frente à historicidade da tradição legendária e sua clara contribuição na perpetuação da “memória dos grandes feitos do povo mais poderoso do mundo” (TITO LÍVIO. *Ab Vrbe Condita Prefácio*, I).<sup>9</sup> Tal recurso metodológico permite compreender o espaço da obra em relação à historiografia latina, demarcando dessa maneira os espaços de recordação (Cf. ASSMANN, 2011) e a comunicação das *memórias* significativas para reafirmar a *virtus* romana. Considerando tal argumentação, inferimos que, ao tratar da fundação da cidade de Roma, a narrativa de Lívio atua como um laço renovador da comunidade (Cf. ROLLER, 2009; CONNOLY, 2009; OMENA & SILVA, 2013) seguindo o modelo de refundação de Augusto, que reivindicava à *urbs* romana mudanças morais e físicas, ainda que inseridas em um campo de conflitos sociais e políticos (GUARINELLO, 1994, p. 180-193). Por esse raciocínio, entendemos a memória como um produto social que confere sentido de permanência e de unidade no tempo (GUARINELLO, 1994), à medida que se torna também “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo” (CANDAUI, 2011, p. 09).



Desse modo, a narrativa liviana produziu, em nosso entender, uma memória compartilhada não de todos os habitantes, mas de um coletivo diferenciado de indivíduos e grupos sociais, os quais ressignificavam os valores sociais romanos. A memória (*mnemé*) para os antigos configurou-se enquanto perpetuação da lembrança no monumento (*mnema*) – tal como a **Ab Vrbe Condita**, uma representação textual que nos comunica as recordações e celebrações de um passado virtuoso, o qual se torna, em vias de fato, um espaço privilegiado de atuação e ritualização da memória (FUNARI, 2010, p. 10). Consideramos que Lívio configura a memória do passado romano selecionando-a tal como um dispositivo que expressa experiências de seu mundo; logo, o contexto social, religioso e cultural são em nosso documento instrumentos de promoção da memória social (HOPE, 2011, p. 13).

A **Ab Vrbe Condita** se configurou como força legitimadora de posições e poderes dos sujeitos políticos que comunicam sua visão de mundo a um público (HOBSBAWN, 1997, p. 9-23). Nesse sentido, o Livro I visa à elaboração de uma historiografia exemplar, pressupondo, de fato, a utilização pragmática e pedagógica do passado representado como repositório das virtudes cívicas, tanto nas relações do indivíduo consigo mesmo (ética) quanto nas relações com outrem (política) (EHRHARDT, 2008, p. 83). Desse modo, os setes monarcas – Rômulo; Numa; Tulo Hostílio; Anco Márcio; Tarquínio Prisco; Sérvio Túlio; Lúcio Tarquínio, o Soberbo – representados na narrativa liviana caracterizavam-se como fundadores de Roma, já que se tornavam ativos construtores do *mores*, evidenciado em seus modos de atuar (*artes*) e em seus comportamentos cívicos (SIERRA, 1990, p. 65). O processo de fundação simbólica, moral e mesmo física, pretendia, em nossa argumentação, transmitir a *uirtus* e a latinidade romanas sustentadas pelos aspectos religiosos (*sacra, pietas, fides*), legais (*iura*), militares (*vires, disciplina militaris*), políticos (*senatus, prudentia*) e sociais (*iustitia, clementia, moderatio, pudicitia*). Tratava-se de preservar a sagrada fundação sob os auspícios da *uirtus*, elemento essencial no discurso de Lívio, pois é a partir dela que se preservava a tradição e se comunicava a identidade romana.

Por esses elementos, consideramos pertinente uma discussão sobre a primeira narrativa mitológica (Cf. EIRE, 2004; ELIADE, 2007; ASSMANN, 2011; JUNIOR, 2013) da obra, já que Rômulo simbolizava a fundação identitária da *urbs* romana. Segundo Miles (1995), ao se manifestar sobre Rômulo, o discurso direto é assumido, tal como se a intenção do

historiador fosse gerar credibilidade ao leitor por meio de sua autoridade; logo, a lenda do nascimento de Rômulo e Remo tinha um papel destacado na narrativa de Lívio, já que a história era relatada de modo simples, em uma sequência que despertaria a atenção do leitor para o tempo da narrativa. Tito Lívio evitava discutir o fratricídio e desvanecia-se, assim, o conflito dúbio entre o Rômulo fratricida e o Rômulo fundador da cidade (VITORINO, 2008, p. 20).

Tendo em vista esses elementos, compreendemos que o personagem Rômulo representava as origens da *urbs* e seus primeiros aspectos cívicos e identitários (STEM, 2007, p. 437), pois tal como fica expresso no discurso de Tito Lívio, o nascimento dos gêmeos estava vinculado ao advento da estruturação física, moral, religiosa e militar de Roma, haja vista que “estavam, como penso, predeterminados pelo destino a fundação de tão importante cidade e o início do império que é o mais poderoso depois do poder dos deuses” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, IV).<sup>10</sup> A narrativa trata da exemplaridade de Rômulo e liga-o ao divino, não refutando nem afirmando a origem divina paterna por parte de Marte; contudo, mesmo esse discurso não sendo dado de modo direto, inferimos que o mesmo se tornava sugestivo já que sugeria aos leitores que os primórdios da cidade estavam sim misturados às ações humanas e ao divino (STEM, 2007, p. 442). Por esse ponto de vista, Tito Lívio utilizou as imagens das divindades como elementos vitais para a manutenção da vida humana bem como para a manutenção da *urbs* (STEM, 2007, p. 461). Explorava, com isso, a consciência e o respeito pelo espaço do sagrado, que permitiu, em termos efetivos, o estabelecimento da concórdia numa relação de *fides* e *pietas*, garantindo a condição ideal de manutenção da ordem no interior da *urbs* (BROWN, 1995, p. 292).

Compreendemos que Rômulo e Remo, desde jovens, quando criados por Faústulo e Larência, apresentavam em seu caráter a virilidade e a ascendência divina; mostravam-se desde cedo aptos às qualidades de governar; lançavam-se “contra os salteadores carregados de coisas roubadas, dividindo os frutos dos assaltos entre os pastores e, com estes, com os quais formavam um bando de jovens a cada dia, participavam das tarefas e divertimentos” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. IV).<sup>11</sup> Como já mencionado, o episódio do fratricídio tem um breve discurso na narrativa, sublinhado em dois pontos: 1) após os gêmeos terem consultado o augure para saber quem governaria a nova cidade, ocorreu que o augúrio viu primeiro

para Remo seis abutres, quando o dobro de aves se apresentou a Rômulo. Diante do fato, o povo aclamava um e outro como reis; contudo, a ambição se apoderou dos irmãos e, enfrentando-se sob o comando de suas iras, entregaram-se à morte, sendo Remo ferido e morto (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. VII); 2). Segundo a tradição, Remo teria desrespeitado a linha do *pomerium* estabelecida por Rômulo e, assim, enfurecido pela transposição, matou o irmão (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, VII).<sup>12</sup>

Rômulo, então, sozinho se apoderou do poder, e a cidade foi fundada a partir de seu nome, chamando-se Roma. Verifica que o ato fundador era acompanhado pelo ato de violência, assim como se verifica em outros momentos da narrativa, como no episódio de Lucrecia ao final do Livro I, bem como também o episódio de Camilo no Livro V, após a derrota dos gauleses. A violência pode ser compreendida como legitimadora do ato de fundação, uma vez que a atitude de Rômulo instituiu uma comunidade cívica; logo, observamos que o primeiro livro – *A Monarquia* em **Ab Vrbe Condita** – retratou a violência como precedente dos grandes eventos políticos e momentos de fundação. Como destaca Ariete (1997, p 209, *apud* CANELA, 2012), a relação existente na literatura entre política e violência, tal como se verifica na narrativa de Rômulo e no episódio do rapto das sabinas (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, IX/X/XIII), permite, de fato, o estabelecimento e a manutenção de uma cidade, ou mesmo o estupro de Virgínia (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** III, XL), que provocou a dissolução do segundo decenvirato e o retorno da República.

Nesse sentido, a fundação, a violência e a identidade romanas encontram-se imbricadas na história do fundador de Roma, visto que Rômulo é apresentado como um líder eficaz e preparado para instituir uma comunidade (STEM, 2007, p. 443). Seus atos revestiram-se de um significado moral, à medida que construíam à *Res Publica*. Dessa forma, o processo de fundação física, institucional e religiosa da cidade de Roma se desdobraria no discurso de Lívio como uma ação ativa, uma vez que Rômulo articulou o seu papel de líder. Assim, passou a instituir sacrifícios aos deuses, fortificou o palatino, criou uma legislação, instituiu doze lictores e cem senadores – suas ações encontravam-se, então, socialmente ligadas à prática da *uirtus*. Compreendemos por tais discussões que o comportamento social de Rômulo auxiliava na definição das práticas e virtudes romanas, sendo, portanto, um dos personagens da narrativa liviana a demarcar por algumas características singulares a identidade de Roma. Em outras palavras, o ob-

jetivo de Lívio ao demarcar os espaços de fundação foi exatamente veicular aos seus leitores uma apropriação do passado correlacionando fundação, passado e identidade como elementos singulares e fundamentais para definir o ser romano e promover a manutenção vital entre passado e presente (MILES, 1995, p. 131-135).

Conforme essa linha de raciocínio, as virtudes cívicas tanto no espaço da *urbs* quanto no espaço da *domus* deveriam refletir, como acentua Lucien Jerphagnon (Cf. 1985), a *harmonitas*, que representava, de fato, o pertencimento à cidade e à necessidade de corroborar com a *Res Publica*. Interessa-nos ressaltar que os atos de Rômulo no momento da fundação foram estabelecidos sob virtudes e, portanto, dignos de serem considerados atos imortais (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XVI). Nesse episódio, reconhecemos a relevância dada por Lívio ao momento fundador e às atitudes subsequentes ao ato de fundação da cidade de Roma; logo, o eixo narrativo se desenvolveu por meio das ações representativas de seus personagens que, ao encarnarem virtudes-símbolos, auxiliavam na construção e consolidação da identidade romana.

Assim, na sequência do reinado de Rômulo, governou Numa Pompílio (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XVIII-XXI), relacionado à virtude-símbolo da religiosidade, necessária na promoção e na manutenção da *urbs* para com os deuses. Lembremos que o ato de fundação não se circunscrevia a um momento específico, mas a várias situações: quando se instituía um templo, uma cerimônia, um sacrifício ou uma lei destacavam-se novos marcos, novos comportamentos sociais, que estavam, de maneira direta, associados às reestruturações e ressignificações no ato da fundação. Portanto, acreditamos que as ações de Numa e de outros monarcas que se seguem, há sempre um aspecto de renovação, manutenção e fundação da cidade de Roma.

Assim sendo, após o governo de Numa, instaurou-se um interregno e, logo, em seguida, o povo sancionou como novo rei Tulo Hostílio (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XXII-XXXI) que, a partir das representações de Lívio, caracterizou-se por sua reputação militar. Com a morte de Tulo, o poder retornou ao Senado e, após realizada a eleição, o povo elegeu como rei Anco Márcio (neto do rei Numa Pompílio). Anco representava a virtude-símbolo, assim como também o discurso que o colocava como o estruturador da *urbs*, ligando-o às atitudes de seu avô em função da correta observação das práticas religiosas e seus ritos públicos; portanto, um comportamento político a ser lembrado, pois, segundo a argumentação de

Lívio, mostrou-se exequível nas artes cívicas, militares e na glória interna e externa de Roma (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XXXII-XXXV). O próximo monarca foi Tarquínio Prisco (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XXXV-XLI), representado no discurso de Lívio pela construção de obras públicas e pelo alicerce do templo de Júpiter. Assim, salientamos que, a partir desse momento, a narrativa de Lívio mostra aos seus leitores ações guiadas pela *ambitio* do homem, que não deixaram de instaurar, mesmo que pelos vícios e excessos, momentos fundadores. Assim posto, subsequente ao reinado de Tarquínio Prisco, teremos Sêrvio Tulio (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XLII-XLVIII). Este rei não era filho de Tarquínio, mas dotado de grande estima para ser o próximo a governar. Lembremos que Tarquínio Prisco assumiu o reinado sem seguir o direito de sucessão paterna do reinado de Anco Márcio, contudo, este ato não ficou esquecido pelos filhos de Anco que, investidos pela vingança, mandaram assassinar o rei. Após esse momento de conflitos, assume o trono Sêrvio Tulio, o qual buscou solidificar seu poder tanto nos arranjos públicos como particulares, evitando, assim, que os filhos de Tarquínio nutrissem por ele o mesmo rancor que os filhos de Anco nutriram por Tarquínio. Compreendemos que, nesse momento da narrativa, Lívio retratou comportamentos viciosos e desmedidos – tais como o do monarca Tarquínio, o Soberbo (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XLIX-LX) –, os quais, em nossa concepção, colocavam em evidência conflitos políticos e sociais existentes na *urbs* romana. Assim, partimos do pressuposto segundo o qual as imagens construídas e propagadas por Lívio tornavam-se ações representativas, e como produtos sociais convertiam-se em símbolos de poder e de prestígio social nos espaços institucionais da comunidade cívica (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 43).

Compreendemos que o processo de legitimidade de Roma no discurso liviano fundamentou-se na construção e na consolidação de uma identidade da *urbs*, à medida que o corpo cívico da cidade responsabilizava-se pela ressignificação das virtudes dos antepassados. Vê-se, então, que a manutenção desses valores relacionava-se diretamente à *auctoritas* do *mos maiorum* romano (BLOM, 2010, p. 15). As ações concretas dos antepassados, suas *res gestae*, foram representadas e transmitidas como *exempla* históricos, demonstrando não só a ação virtuosa, mas a posição do *mos maiorum*. Como propõe Blom (2010, p. 15), os exemplos históricos estabelecem uma ligação crucial entre as virtudes dos ancestrais – *mos maiorum* – e a prática historiográfica; logo, a tarefa de retratar os monarcas e seus

comportamentos insere-se no objetivo maior que representava, em outras palavras, a valorização do passado romano, glorioso e majestoso, como formas de comunicação e produção social de memória que contribuiriam, de fato, para a construção identitária do *populus romanus*.

Por essas discussões, aludimos a que o discurso exemplar de Lívio não era neutro ou objetivo, mas sim uma (re) interpretação subjetiva do passado, articulado numa coerente ligação com a intenção historiadora. Assim, partilhamos da concepção de que os *exempla* históricos não eram estáticos, mas postos de forma fluidica na narrativa liviana, podendo ser observados em palavras e comportamentos – representavam, pois, uma tradição e, ao mesmo tempo, reinventavam-na (Cf. BLOM, 2010, p. 87; ROLLER, 2009). A exemplaridade era, pois, um discurso, um sistema coerente de práticas sociais e de poder, eram símbolos que, selecionados e organizados, representavam o passado romano de modo a representar a coletividade. Isso nos leva a crer que o discurso exemplar produzia e reproduzia atores, ações, audiências, monumentos e condutas cívicas, os quais constituíam coletivamente a (re) atualização do passado e sua relação com o presente (WALLACE-HADRILL, 2008, p. 227). Propusemos, portanto, neste artigo, a compreensão do testemunho de Lívio como sendo a consolidação e a legitimação da *auctoritas* e da *laus* da cidade de Roma e de seus cidadãos.

### **Documentação escrita**

CATULO. **Epigramas**. Trad. de João Ângelo Oliva Neto. São Paulo: Edusp, 1996.

HORACE. **Odes et Epodes**. Les Belles Lettres: Paris, 2002.

LIVY. **The History of Rome I**. Books I-II. (Loeb Classical Library). Trad. B. O. Foster. Cambridge: Harvard University Press, 1919.

TITO LÍVIO. **Histoire Romaine**. (Tome I – Livre I). Texte établi par Jean Bayet e traduit par Gaston Baillet. Paris: Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947.

TITO LÍVIO. **Historia de Roma desde su fundación**. Traducción y notas de José Antonio Villar Vidal; introducción general de Ángel Sierra. Madrid: Editorial Gredos, 1990.

TITO LÍVIO. **História de Roma livro I: a monarquia (Ab Vrbe Condita)**. Trad. Mônica Vitorino; introdução e notas Júlio Cesar Vitorino. Belo Horizonte: Crisálida, 2008.

## Referências bibliográficas

- ASSMANN, J. **Historia y mito en el mundo antiguo**. Los orígenes culturales de Egipto, Israel e Grecia. Madrid: Editorial Gredos, 2011.
- BLOM, H. V. D. **Cicero's role models the Political Strategy of a Newcomer**. Oxford: University Press, 2010.
- BROWN, R. Livy's Sabine women and the ideal of concordia. **Transactions of the American Philological Association**, v. 125, p. 291-319, 1995.
- CANAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANELA, K. C. **O estupro no direito romano**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- CHAPLIN, J. D. **Livy's exemplary history**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CHAPLIN, J. D.; KRAUS, C. S. **Oxford readings in classical studies Livy**. Oxford: University Press, 2009.
- CONNOLLY, J. Virtue and violence: the historians on politics. In: FELDHER, A. **The roman historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181- 194.
- \_\_\_\_\_. The politics of rhetorical education. In: GUNDERSON, E. (Ed.). **The Cambridge Companion to ancient rhetoric**. Cambridge: Cambridge University Press. 2009.
- D'AMBRA, E. Women on the Bay of Naples. In: JAMES, S. L.; DILLON, S. (Ed.). **A companion to women in the Ancient World**. London: Blackwell Publishing Ltd., 2012, p. 400-413.
- DUPONT, Florence. **L'invention de la littérature**. Paris: La Découverte & Syros, 1998.
- \_\_\_\_\_. **L'acteur-roi: le theatre dans la Rome antique**. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- ECK, W. **The Age of Augustus**. Malden: Blackwell Publishing, 2007.
- EDER, W. Augustus and the Power of Tradition. In: GALINSKY, K. (Ed.). **The Cambridge Companion to the Age of Augustus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 13-32.
- EHRHARDT, M. L. **O arquiteto do social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da História *magistra vitae***. Tese de Doutorado. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, 2008.

- EIRE, A. L. Mito y Ritual: una aproximación. **Humanitas**, v. 56, p. 329–364, 2004.
- ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FELDHERR, A. **The roman historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. Livy's revolution: civic identity and the creation of the *res publica*. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, A. (Eds.). **The Roman Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 136-17.
- FOX, M. Rhetoric and literature at Rome. In: DOMINIK, W.; HALL, J. (Ed.). **A companion to Roman Rhetoric**. Oxford: Blackwell, 2007.
- FUNARI, P. P. A. Prefácio. In: CÂNDIDO, M. R. (Org.). **Memórias do Mediterrâneo Antigo**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010, p. 8-9.
- GALINSKY, K. Ideas, ideals, and values the legislation on morals and marriage. In: \_\_\_\_\_ (Ed.). **Augustan Culture: an interpretive introduction**. New Jersey: Princeton University Press. 1996, p. 128-140.
- GOWING, A. M. **Empire and memory: the representation of the Roman Republic in imperial culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- GUARINELLO, N. L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 49-62, 1994.
- \_\_\_\_\_. Archaeology and the meanings of material culture. In: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A; STOVEL, E. (Eds.). **Global archaeology theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Academic Plenum Publishers, 2005, p. 19-28.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.) **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOPE, V. M. Remembering to mourn: personal mementos of the dead in Ancient Rome. In: HOPE, V. M.; HUSKINSON, J. (Orgs.) **Memory and Mourning: Studies on Roman Death**. Oxford: Oxbow Books, 2011, p. 176-195.
- JAEGER, M. **Livy's written Rome**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.
- JUNIOR, M. A. Eficácia retórica: A palavra e a imagem. **Revista Rhêtorikê**, Lisboa, n. 1, v. 0, p. 1-26, 2008.
- KRAUS, C. S. & WOODMAN, A. J. **Latin Historians, Greece & Rome: New Surveys in the Classics**. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- LEMOS, M. S. A elite senatorial, o mos maiorum e a fortuna do Império Romano nas crônicas do século IV d.C. **Anais Eletrônicos – VI Encontro Estadual de História – ANPUH/BA**, Baía, p. 1-10, 2013.



LOBUR, J. A. **Consensus, concordia, and the formation of Roman imperial ideology**. New York. Routledge, 2008.

MARQUES, J. B. **Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

MILES, G. **Livy: reconstructing early Rome**. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 1995.

MITRAUD, C. A. **História e tradição no Livro I de Tito Lívio**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007.

MOLES, J. L. Livy's preface. *In*: CHAPLIN, J. D; KRAUS, C. S. **Oxford readings in classical studies: Livy**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

OMENA, L. M de; SILVA, S. B. A retórica da morte na narrativa de Tito Lívio (Século I a.C.). **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 2, n. 3 (Especial), p. 94-108, 2013.

PEREIRA, M. H. R. **Estudos de história da cultura clássica**. II Volume – Cultura Romana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

ROLLER, M. The exemplary past in Roman historiography and culture. *In*: **The roman historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 181- 194.

\_\_\_\_\_. The Politics of Aristocratic Competition: Innovation in Livy and Augustan Rome. *In*: DOMINIK, W. J.; GARTHWAITE, J; ROCHE, P. A. **Writing Politics in Imperial Rome**. Leiden/Boston: Brill, 2009, p. 153-172.

SALLES, C. **Lire à Rome**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2010.

STEM, R. **The Exemplary Lessons of Livy's Romulus**. California: University of California, 2007.

SYME, R. Livy and Augustus. **HSCP**, Oxford, n. 64, 1959.

WALLACE-HADRILL, A. **Rome's Cultural Revolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

---

## Notas

<sup>1</sup> “Factvrsne operae pretium sim si a primordio Vrbs res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim. [...] et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita Prefácio**).

<sup>2</sup> Quando nos referimos ao *mos maiorum* estamos, de fato, refletindo-o como um conjunto de valores e práticas sociais que, estabelecidas temporalmente, são articuladas e transmitidas a uma dada comunidade cívica. Como afirma Cícero em **Da República** (V, 1), a glória de Roma está relacionada à observância dos costumes ancestrais — o *mos maiorum* romano. Nesse sentido, “o *mos maiorum* pode ser compreendido como um conjunto de regras de conduta, morais e políticas, não sistematizado, transmitido no seio da aristocracia senatorial tradicional” (LEMOS, 2013, p. 2). Conforme Pereira (2002, p. 359-360), o *mos maiorum* jamais foi um código de leis escritas, mas constituiu um conjunto de valores que legitimavam e orientavam as ações e práticas políticas, religiosas, civis e militares. Desse modo, consideramos que o conjunto de virtudes ancestrais (*fides, pietas, auctoritas, clementia, iustitia*) tornou-se, de fato, um dispositivo de poder ressignificado à política augustiana, tendo em vista que o *mos maiorum* deve ser historicizado e refletido em cada contexto histórico.

<sup>3</sup> “inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod uites” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I).

<sup>4</sup> “Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in industri posita monumento intueri” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio. I).

<sup>5</sup> “Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat. Consultissimus uir, ut in illa quisquam esse aetate poterat, omnis diuini atque humani iuris. (...) Accitus, sicut Romulus augurato urbe condenda regnum adeptus est, de se quoque deos consuli iussit. (...). Qui regno ita potitus urbem nouam conditam ui et armis, iure eam legibusque ac moribus de integro condere parat (...). Cum ualida Tum temperata et belli et pacis artibus erat ciuitas” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I. XVIII/XIX/XXI).

<sup>6</sup> Compreendemos que os ritos conduzidos pela sociedade romana garantiriam à *pax deorum*, tendo como tema principal, a relação da comunidade com suas divindades. As práticas religiosas em Roma foram múltiplas, móveis, formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais os indivíduos promoviam a manutenção com o sagrado. Nesse sentido, a concórdia englobava as práticas ritualísticas como ações e dispositivos mantenedores da *urbs*, à medida que se tornavam símbolos do poder (LOBUR, 2008, p. 38-39). Assim, em nossa percepção, a concórdia representava uma ação ritualizada das condutas nos espaços doméstico e público, a qual conduz ao bom funcionamento da *urbs* na paz e na guerra, pois a promoção da concórdia é também a promoção da comunidade cívica em seus aspectos ritualísticos, fúnebres, moral e militar. É imprescindível mencionar que, além dos dispositivos textuais, tal como a narrativa histórica de Lívio, a *domus* de Augusto promovia nos suportes arquitetônicos representações da

*concordia*. Por exemplo, Livia e seu filho Tibério mandaram construir um *porticus* dedicado à *Concordia Augusta* em 7 a.C., em um bairro de Roma; o interessante é que, como propõe Eve D’Ambra, a *concordia* aparece também no mesmo período em províncias romanas, tal como em Pompeia. Nesta cidade, temos uma mulher chamada Eumáquia, filha de *Lucius* e sacerdotisa pública que, às suas expensas, mandou construir um edifício, dedicando-o a *Concordia et Pietas* de Augusto – o que evidencia não somente o importante papel da personagem como representante da elite local de Pompeia e, com isso, a proximidade com a *domus* de Augusto, mas igualmente a promoção da *concordia* em outras regiões do *imperium*.

<sup>7</sup> Compreendemos o conceito de ressignificação como aquele que atribui significado às coisas. É culturalmente definido e articulado conforme as necessidades do contexto no qual é empregado. Resignificar pressupõe remodelar, estabelecer mudanças a partir de símbolos previamente estabelecidos que, ressignificados, promovem e constroem discursos, desejos e intenções investidos de emoção compartilhada pela sociedade. O conceito de ressignificação pressupõe uma forma de comunicação social entre comunidade e poder, uma vez que o indivíduo que detém o poder sempre o faz através de algo já estabelecido, que é rearticulado e recebe outras significações que serão compartilhadas pela comunidade cívica, dando sentido de unidade e pertencimento a um dado lugar social (GUARINELLO, 2005, p. 21-22). Diante disso, consideramos que o uso do conceito *ressignificação* para pensar a contemporaneidade de Lívio e em específico as medidas e práticas adotadas por Augusto, torna-se significativo, à medida que nos permite historicizar os símbolos e significados atribuídos e construídos por uma sociedade em seu mundo social. O uso do conceito resignificar pressupõe um diálogo e, em nosso caso, o diálogo é estabelecido entre passado e presente, isto é, o passado exemplar de Roma é ressignificado, ganha um novo sentido quando articulado às necessidades do contexto político de Lívio (I a.C.).

<sup>8</sup> “[...] Vt cumque erit, iuuabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirilium parte et ipsum consuluisse. [...] Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum [...] Sed querellae, ne Tum quidem gratiae futurae cum forsitan necessariae erunt, ab initio certe tantae ordiendae rei absint. [...] Labebe deinde paulatim disciplina uelut desidentis primo mores sequatur animo, deinde ut magis magisque lapsi sint, Tum ire coeperint praecipites, donec ad haec tempora quibus nec uitia nostra nec remedia pati possumus peruentum est. Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre AC frugiferum, omnis te exempli documenta in inlustri posita monumento intueri” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio, I).

<sup>9</sup> “rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro uirilium parte et ipsum consuluisse” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** Prefácio, I).

<sup>10</sup> “Sed debebatur, ut opinior, fatis tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, IV).

<sup>11</sup> “Sed in latrones praeda onustos impetus facere pastoribusque rapta diuidere et cum his, crescente in dies grege iuuenum, seria ac iocos celebrate” (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, IV).

<sup>12</sup> Assim como entendemos, o *pomerium* representava um lugar cercado por muralhas de ambos os lados. Vê-se então que, no momento de fundação da cidade, haveria um espaço para a consagração dos limites definidos e, neste espaço, morar ou plantar era uma profanação. Com o advento do crescimento da cidade, as muralhas haveriam de expandir juntamente com aqueles limites considerados sagrados (TITO LÍVIO. **Ab Vrbe Condita** I, XLIV). Pela compreensão do significado de *pomerium*, inferimos que, ainda sob o reinado de Sêrvio, houve uma expansão da cidade e de suas fronteiras na *urbs*, instaurando-se a exata correspondência entre a *fides* para com os deuses e a concórdia entre os cidadãos. No entanto, para todo momento de ordem e equilíbrio, há o oposto demarcado pelo caos, desordem e por ações desmedidas guiadas pela *ambitio* do homem sedento de poder. Esse momento é representado na história de Lívio pela figura de Tarquínio, o Soberbo e de sua esposa Túlia, filha do rei Sêrvio, que, desejando apoderar-se do reino, instaurou o exercício do poder pela força, difundindo a intolerância e o medo na comunidade política (tais pormenores dessas narrativas serão analisadas no capítulo III). Cabe-nos compreender como os espaços e as divisões do *pomerium* transformavam-se em construções identitárias da cidade de Roma e dos valores e comportamentos que distinguiam o romano de outros povos. Em outras palavras: as representações militares, com ênfase na guerra e nas conquistas de Rômulo e Tulo Hostílio; a correta ligação ritualística entre homens e deuses (Numa Pompílio; Anco Márcio); os atos legais que levam em consideração as leis, os direitos, o povo, bem como a organização e a estruturação das assembleias (Sêrvio Tulio), e até mesmo a construção de obras públicas consolidavam o que denominamos de latinidade romana, marcada por momentos de constantes fundações físicas e morais da cidade de Roma.